



Carta de Porto Alegre - Brasil 2030: A educação que precisamos para o país que queremos

Reunidas em Porto Alegre, entidades sindicais e associativas de educadoras, educadores, estudantes e famílias vêm a público firmar compromisso com uma educação pública que seja motor do desenvolvimento, da justiça social e da democracia. Diante dos desafios que se colocam para o Brasil que queremos construir até 2030, reafirmamos os seguintes princípios e bandeiras..

Por uma educação não-mercadológica. A educação é direito público subjetivo e bem comum, não mercadoria. Repudiamos sua transformação em negócio, seja pela financeirização do ensino, seja pela lógica de resultados que subordina a formação humana a interesses de mercado.

Consolidação das IFES. Defendemos o fortalecimento e a plena consolidação das Instituições Federais de Ensino Superior, bem como da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT), com autonomia, financiamento estável e valorização de sua função pública, científica, tecnológica e social.

Valorização das carreiras. Reafirmamos a urgência de planos de carreira dignos, com respeito ao piso nacional salarial do magistério, condições adequadas de trabalho e formação continuada para todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores da educação, da educação básica à pós-graduação.

10% do PIB para a educação. Cobramos o cumprimento da meta de investimento de, no mínimo, 10% do Produto Interno Bruto em educação pública, patamar já reconhecido como necessário para universalizar direitos educacionais com qualidade.

Recursos do pré-sal para a educação e ampliação das energias renováveis. É preciso garantir, de forma permanente e crescente, a destinação dos royalties e participações especiais do pré-sal à educação pública, ampliando as fontes de financiamento previstas em lei. A destinação à Educação de parte dos resultados da exploração de um recurso energético limitado também é uma forma de contribuir para a transição energética.

Plano Nacional de Educação (PNE). Defendemos o cumprimento efetivo das metas do PNE, com monitoramento social permanente, e a construção participativa de ferramentas para sua efetivação, blindado-o contra retrocessos.

Contra a militarização das escolas. Somos contrários à militarização da gestão escolar, que substitui o projeto pedagógico democrático por lógicas de disciplinamento e hierarquia incompatíveis com a formação para a cidadania.

Contra a pejotização. Repudiamos a pejotização de trabalhadoras e trabalhadores da educação, que precariza vínculos, retira direitos trabalhistas e enfraquece a carreira docente.

Por um conceito adequado de instituições comunitárias. Reivindicamos a disputa pública do conceito de instituições comunitárias de ensino, para que não sirva de disfarce à privatização, mas expresse, de fato, gestão democrática, finalidade pública e compromisso social.

Educação em tempo integral. Defendemos a ampliação da educação de tempo integral como política de Estado, com infraestrutura, alimentação e projeto pedagógico à altura, e não como mera extensão de carga horária sem qualidade.

Contra o homeschooling. Somos contrários à regulamentação do ensino domiciliar em substituição à escola, por comprometer o direito à convivência, à pluralidade e à socialização, pilares insubstituíveis da formação cidadã.

Pela defesa do quadripé universitário ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil. Reafirmamos a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, associada à permanência estudantil nas instituições, como fundamento da educação pública de qualidade em todos os níveis.

Assistência estudantil adequada. Defendemos política de assistência estudantil robusta e continuada, capaz de garantir permanência e êxito de estudantes, especialmente os mais vulnerabilizados, ao longo de toda a trajetória escolar e acadêmica.

Diversidade e anti-racismo. Pelo reconhecimento de que a educação é um direito — não um privilégio, e que a diversidade enriquece a sociedade e fortalece a produção do conhecimento. Por uma Educação que promova os direitos humanos e o combate a toda forma de preconceito.

Educação inclusiva. Reafirmamos o compromisso com uma educação inclusiva, com acessibilidade plena, equidade e respeito às diferenças, assegurando que cada estudante, em sua singularidade, tenha lugar garantido na escola pública.

Desenvolvimento econômico e social. Finalmente, defendemos a urgência de um projeto de desenvolvimento econômico e social que ataque as nossas desigualdades históricas, que conjugue crescimento econômico com soberania e emancipação humana, tendo na Educação não só um instrumento, mas um pilar estruturante de uma sociedade verdadeiramente democrática, justa e solidária.

Firmamos esta carta como compromisso coletivo: o Brasil de 2030 se constrói com educação pública, gratuita, laica, plural, democrática, inclusiva e de tempo integral — patrimônio da sociedade brasileira e alicerce de nosso futuro.

Porto Alegre, 1º de agosto de 2026.